

# Escrita, leitura e autonomia: desejo de cultura – vontade de saber

Helena Isabel Mueller\*

“Hijo mio, aprende a escribir, porque el escriba come a la mesa de los reyes”, conselho de um velho escriba do Egito antigo a seu filho, narrado por Montalbán<sup>1</sup> em seu livro sobre os gourmets, no qual mostra a importância das mesas reais e do ato de comer. Invertendo o foco, concentro a atenção no ato de escrever cuja importância abre caminho para a mesa do rei. Documentar um ato através da escrita é registrá-lo na memória histórica, é permitir que ele seja lido e transmitido por tempos imemoriais. A escrita, pois, não se encerra nela mesma; requer a leitura, um outro aprendizado. Escrever, atividade para poucos, para aqueles iniciados nessa coisa maravilhosa que é o poder de registrar em signos passíveis de serem apreendidos por outros, não só uma memória de fatos acontecidos, mas dos devaneios de um imaginário sem limites. Ler, prática exercida por alguns, que permite ao leitor se apropriar dessa memória, dos devaneios, dos saberes transmitidos pela escrita. Ambas, em si mesmas são generosas; a escrita não se dirige a essa ou aquela pessoa, a leitura não pede permissão para acontecer: basta que as pessoas que as pratiquem tenham sido iniciadas a desenvolvê-las.

Prestemos atenção à escrita. O ato de escrever implica em uma relação significativa entre a “...mão que traça a linha ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo que o anima com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade

---

\* Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada da Universidade Federal Fluminense e Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: [helena.isabel17@gmail.com](mailto:helena.isabel17@gmail.com)

<sup>1</sup> MONTALBÁN, Manuel Vasquez **Contra los gourmets**. Barcelona: DeBOLSILLO, 2005: 53.

com sua própria alma”<sup>2</sup>. Uma relação osmótica entre quem escreve e a comunidade a que pertence, no sentido de que ao escrever expressa a constituição estética da comunidade, alegorizando-a, ao mesmo tempo em que a constrói. Nesse sentido Rancière afirma ser a escrita coisa política, à medida que entende a constituição estética como a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Estética e política estão intimamente associadas na medida em que a ordem política não se limita a um sistema de formas constitucionais ou relação de poder; ela se constitui em uma divisão das ocupações que implica na configuração do sensível: “...uma relação entre os modos do fazer, os modos do ser e os do dizer; entre a distribuição dos corpos de acordo com suas atribuições e finalidades e a circulação do sentido; entre a ordem do visível e a do dizível”, ou seja, uma separação entre o que “...pertence à ordem do discurso e o que depende do simples ruído dos corpos.”<sup>3</sup> A escrita é política no momento em que significa uma re-divisão entre as posições dos corpos e o poder da palavra soberana, entre a ordem do discurso e a de suas condições.

A escrita é também coisa política, pois a letra morta que ela contém rola de um lado para outro, sem destino específico nem definição de quem deva ou não lê-la. Ela é passível de ser apoderada por qualquer um, que fará dela o que quiser, pois ela não mais “pertence” a ninguém. A escrita é, assim, extremamente falante. No entanto, a voz viva, ao encampar a escrita morta, poderá dar a ela outro destino, outra interpretação, interferindo em sua liberdade de circulação e apropriação, acompanhando-a, explicando-a, conduzindo-a desde seu ponto de partida ao ponto de destino, o que se constitui na matriz de qualquer pedagogia.

Institui-se, assim, a necessidade de uma iniciação, que é construída pelo distanciamento entre as pessoas comuns e aquelas detentoras do conhecimento, aquelas que aprenderam a chave do acesso ao saber contido na escrita, ao poder

---

<sup>2</sup> RANCIÈRE, Jacques **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995: 7.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 8.

que ele representa. Como aconselhou o velho escriba a seu filho: aprenda a escrever, inicie-se nessa arte que o diferenciara dos outros e assim você poderá comer na mesa do rei.

Do outro lado da escrita, como uma imagem em um espelho, está a leitura. Sem ela a escrita permanece letra morta; através dela a escrita ganha vida, passa a fazer parte ativa da comunidade à qual pertence. Ela que torna possível aos signos impressos expressarem o que de verdadeiro contém para seu tempo. Como a escrita é coisa política e pode ser apropriada por qualquer pessoa, não há fronteiras para a leitura. Há, no entanto, o limite da iniciação<sup>4</sup> que será reforçado com a legitimação da fragilidade da identificação que liga a ordem do discurso a uma ordem das condições. A deslegitimação é, dessa forma, legitimada.

Recorrendo a Foucault, proponho pensar o discurso que a escrita contém, e situá-lo no sistema de limitações, de interdições que este sofre na sociedade, qual seja o princípio da disciplina, que organiza os saberes em espaços próprios e rígidos por normas específicas. Ou seja, uma disciplina, enquanto espaço de constituição de saber, é definida "... por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos", que articula um sistema anônimo à disposição de quem queira utilizá-los. Organiza o que é necessário para a construção de novos enunciados: "Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas."<sup>5</sup>

A partir do século XVIII, toma forma a separação dos saberes contidos no discurso entre aqueles que são determinados como científicos e aqueles pertencentes ao senso comum – ou seja, entre o saber da "elite" e aquele "do povo". Essa separação reforça o fato que pertencer a uma disciplina, ter acesso à ciência, é possível para aqueles que

---

<sup>4</sup> Por iniciação, tanto na escrita quanto na leitura, não quero dizer alfabetização, mas sim a possibilidade de compreensão do texto.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999: 30-31 para ambas as citações.

satisfaçam suas exigências, tornando-se qualificado para tal. Requer uma constante inserção em seu tempo, demarcando os limites do que é o verdadeiro, o que configura um jogo complexo de saberes e identidades entre um papel positivo e multiplicador de uma disciplina e seu papel coercitivo e restritivo. Um jogo complexo de poderes que define espaços, competências, permissões, restrições e tensões. A educação, em especial a educação escolarizada, se situa nesse espaço de tensão entre uma proposta de ampliação e universalização do conhecimento, e sua disciplinarização enquanto disciplina com regras definidas a serem seguidas. Foucault ao mesmo tempo em que salienta o princípio de coerção do discurso, nos instiga a não permitir que sejam estabelecidos, rigorosamente, limites no exercício da atividade do saber o qual é, afinal, a atividade da vida. Dessa maneira, provoca tensões e crises estimuladoras da explosão de um pensamento que se joga em penhascos a desafiar a imposição de limites, de verdades universais válidas e obrigatórias a todos. Em suas palavras: “De que valeria a obstinação do saber se ela assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?”<sup>6</sup>.

Da mesma forma que a escrita e a leitura, a fala se torna cada vez mais disciplinada, cabendo a alguns o direito de falar, a outros o dever de calar. A escuta segue seus passos, algumas falas tendo ampla aceitação, outras sendo transformadas em ruídos desagradáveis, ininteligíveis. Essas formas sociais de separar aqueles que sabem, escrevem, leem e falam, daqueles que não devem saber, falar, ler e escrever instiga o imaginário coletivo, provocando a rebeldia que cria maneiras de burlar a exclusão.

Paris 1789. As ruas estão tomadas por uma multidão barulhenta e quantidade de gente deixa a todos diante de um fato novo; sua fala soa como um ruído ininteligível. O espaço urbano torna-se palco de acontecimentos que antes estavam

---

<sup>6</sup> Apud HARA, Tony “Os descaminhos da nau foucaultiana: o pensamento e a experimentação”. In: RAGO, M. E. VEIGA-NETO, A. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. pp. 271-279.

espalhados pelos campos, pelos arredores das cidades e não, como agora, no epicentro do poder. Antes era mais fácil não vê-los, não ouvi-los. Agora se perguntam o que essa multidão de maltrapilhos, de famintos, de sujos, essa multidão que parece falar mas que, para os ouvidos das elites parisiñas, produz uma cacofonia de sons, ruídos sem sentido, poderia querer? A perplexidade é grande. Se ela tem fome, se não têm pão, ora... deem bolo, mas façam que se cale!

A algaravia, no entanto, persiste. E mais, é acompanhada de atos; as pessoas que falam também agem e não se deixam ocultar, demandam sua visibilidade e audição e, principalmente, o entendimento. Demandam uma igualdade de fato, demandam sua parte na distribuição do todo, querem a reparação de um dano que é intrínseco à sociedade em que vivem, qual seja, o desentendimento na hora da repartição do todo.

A Revolução Francesa veio, de certa forma, ordenar esse caos, reordenando a sociedade, atribuindo a cada um seu papel. Uma ordem falsa, no entanto, pois que se propõe a manter silenciosa essa multidão, deixando o conflito sufocado, latente mas não morto. A reordenação que define os novos papéis coletivos implica que uma parcela daqueles que falam fiquem sem som, ou melhor, cujo som permaneça inaudível, ininteligível, um ruído ao qual a nova ordem aos poucos irá a se acostumar, disciplinando-o, colocando-o em “seu devido lugar”. No entanto, por entre as fissuras dos subterrâneos sociais, onde estão os *enragée* - aqueles enraivecidos da revolução, novas vozes surgem, de início sussurrantes, seu ruído crescendo aos poucos, até que elas se tornem claras e audíveis, demandando seus espaços, impondo sua voz. A recusa de sua escuta/compreensão, no entanto, persiste.

Está em jogo uma nova questão - a igualdade entre os seres falantes, que é formal e se expressa nas novas normas definidas pela Revolução: todos os homens nascem iguais. Estas normas estão em constante revisão, ebulição que é atizada conforme a tensão entre igualdade e desigualdade dos parceiros do conflito social se manifesta.

Esse conflito entre seres falantes, essa tensão entre iguais, cuja formulação pego emprestada de Jacques Rancière<sup>7</sup>, se origina da tensão que surge quando há um pressuposto de igualdade entre as partes de uma sociedade. Uma igualdade que é formal e na qual está dado o desentendimento, pois, por definição, se todos são iguais deveriam participar igualmente na divisão das partes do todo de uma sociedade. No entanto aqueles que têm o poder de distribuir essas partes resistem a essa noção igualitária. O desentendimento se instala e da tensão desse conflito entre os supostamente iguais surge a política: a luta pelos direito de participar, em condição de igualdade, das partes do todo social. Nesse diálogo - um diálogo de surdos - a ideia de igualdade é articulada por um rearranjo entre as partes que traz à cena a determinação do esquecimento de desigualdades, fazendo emergir uma igualdade falsa, impossível de acontecer. Há igualdade, porém não há seu reconhecimento. Em outros tempos históricos, aqueles que não eram reconhecidos como pertencentes à comunidade, não falavam; os gregos e os romanos, lembremos, diziam que os escravos e mesmo os plebeus não eram seres falantes. Na sociedade moderna a cidadania permite que os proletários, aqueles que trabalham, sejam reconhecidos como seres falantes; no entanto, por uma falha no entendimento sua fala é incompreensível. Não porque não haja compreensão das palavras; estas pertencem aos códigos da linguagem falada. É “o que se fala” e o “desde onde” se fala que a torna incompreensível enquanto coisa coletiva, enquanto questão pública. Seria possível que a parcela recebida em troca do trabalho, o cotidiano vivido por aqueles que trabalham, despertasse o interesse coletivo, se tornasse uma questão da comunidade, objeto da discussão pública? A carta dos direito do homem e do cidadão expressa igualdade *destesperante a lei* e define um *locus* na comunidade que incluiria os assuntos do trabalho; determina, também, que o espaço da igualdade integre a discussão entre sujeitos específicos - individual e não coletivamente.

---

<sup>7</sup> RANCIÈRE, Jacques **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996. 144 p.

Esta cena implica um simulacro, um fazer de conta. O sujeito trabalhador deve agir como se ela existisse, como se existisse um mundo comum de argumentação, o que é ao mesmo tempo claro e contraditório. As greves e outras manifestações do mundo do trabalho desse período exasperam essa contradição, pois mostram que são enquanto seres falantes, racionais e coletivos que os trabalhadores agem. O ato de juntos pararem de trabalhar não é um ruído, uma reação violenta a uma situação penosa: expressa um logos – uma racionalidade própria, que constitui uma demonstração de um direito, uma manifestação do justo que deveria ser compreendido pela outra parte. A estruturação discursiva de seus manifestos ou panfletos diz: aqui estão nossos argumentos – vocês podem reconhecê-los. Esse reconhecimento, no entanto, não acontece, pois o que ele pressupõe não existe, ou seja, um mundo em comum, na forma de espaço público, no qual os dois grupos de seres falantes – patrões e trabalhadores – trocariam seus argumentos. O mundo do trabalho é, como foi dito acima, um universo privado no qual as situações são postas a indivíduos, os quais as aceitam ou rejeitam. Esses indivíduos não têm direito reconhecido, não podem se constituir em uma comunidade sob o risco de desequilibrar a ordem aparente - daí o simulacro.

Quem são essas pessoas que teimam em desordenar o ordenado, evidenciar uma desigualdade dentro de uma propalada igualdade, desobedecer à ordem simbólica teimando em se constituir em uma comunidade e exigir que a lógica de sua fala seja entendida? E mais, o que eles querem? Sabemos quem eles são. Poderíamos colocá-los dentro de uma definição amplíssima de povo – o demos – que por ser tão ampla nada diz. Prefiro pensar na noção de “mundo do trabalho” que compreende todos aqueles que trabalham, para si ou para outros, no campo ou na cidade, artesão ou trabalhador qualificado industrial urbano, e mais, compreende também aqueles que não trabalham porque estão excluídos. Todos estes deveriam, na lógica instituída, se limitar a exercer as funções para as quais existem, individualmente, isoladamente, sem uma

articulação que venha a expressar sua condição de ser coletivo e social, principalmente sem fazer acontecer sua fala política evidenciando o erro de contagem na distribuição das partes; sem trazer à tona o dissenso onde era pressuposto existir o consenso. A cacofonia de sons que produzem com a desobediência à ordem instituída não se refere à palavra propriamente dita, à língua ou à linguagem, mas sim de onde ela vem, à localização social daqueles que falam. Como escreve Rancière<sup>8</sup>, as estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. O universo do desentendimento é que constitui a racionalidade estrutural da política.

O que querem dizer as pessoas que constituem essas comunidades falantes, ruidosas e teimosas, quais seus desejos, o que elas demandam? Creio que se pensarmos em um universo desejanste chamado utopia e de sua tensão com os movimentos sociais, às vezes deles se aproximando, às vezes deles se distanciando, nos coloca dentro da cena. Utopia aqui pensada como uma expressão elaborada do diferente, do novo, e da possibilidade de sair de duas ilusões inversas, quais sejam: a de se acreditar que o lugar no qual estamos é o único lugar possível e a de se crer que um lugar ilusório exista em sua concretude material. Pensamos a utopia, pois, como ruptura com a história dada pela impossibilidade da espera pelo “bonde da história”, e assim se torna a expressão pulsante de um imaginário coletivo.

Assim, chegamos ao ato de imaginar, ir além da imagem, do ícone, da representação suposta de um objeto real. É ainda o de ato deslocar essa imagem destinada a reproduzir os objetos existentes a ponto de fazê-la reivindicar os traços de uma outra realidade, de outros objetos, que ainda não são - no sentido de existir - ou mesmo que jamais serão. Nas utopias os sonhos sociais, individuais e coletivos, adquirem consistência, se organizam em conjuntos coerentes de

---

<sup>8</sup> RANCIÈRE, Jacques **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996. 144 p.

idéias-imagens de uma sociedade outra, em oposição e em ruptura com a ordem dominante.

Seriam possíveis novos projetos? Será que haveriam movimentos que conduzissem à ação coletiva na luta pela construção do novo se não houvesse, nas pessoas e nas sociedades, um movimento na direção da utopia? Será que a noção de sucesso/fracasso é a que melhor dá conta da explicação dos caminhos tomados por um processo revolucionário? Um momento revolucionário é aquele no qual a ação coletiva do desejo explode, aquele que expressa um tempo no qual a linha divisória entre o possível e o impossível se dilui e a utopia invade o cotidiano social enquanto imaginário utópico, que se torna, assim, imaginário coletivo. Essa tensão entre utopia e revolução – ou movimento social ou ação coletiva rebelde – é que dá riqueza aos projetos, aos sonhos, aos desejos coletivos que, a meu ver, mais que a luta de classes, impulsionam a história<sup>9</sup>.

Voltemos à data símbolo de 1789. O ímpeto revolucionário não teve grande duração, perdendo sua vitalidade à medida que se institucionalizava, construindo uma nova tobia. Insurreições aconteceram por toda a Europa no século seguinte, colocando à mostra a ebulição de desejos, as articulações para construir o novo, alguma coisa que venha a se parecer com o novo de seu imaginário. Os enragées acima mencionados mantêm viva a chama da utopia. Os socialistas começaram a ser pensados dentro dessa raiva social e a partir das experiências vividas pelas pessoas do mundo do trabalho. As manifestações daqueles cuja palavra não era entendida, porque ditadentro de uma lógica que não poderia, e não deveria, ser compreendida, continuaram ruidosas e perturbadoras. Ao mesmo tempo, era preciso negar a existência dessa algaravia, transformando-a em uma “não-fala”, desprovida de sentido; não poderia existir um lócus desde onde essas pessoas exercessem o ato de falar, pois havia o risco de que ao serem ouvidas desmascarassem o simulacro da harmonia social.

---

<sup>9</sup> COLOMBO, Eduardo L'utopie contre l'escatologie. In: **L'imaginaire subversif**. Genebra: Ed. Noir – Atelier de Creation Libertaire, 1982. pp. 27-43.

Romper com os limites impostos. Traçar novas e dinâmicas fronteiras a cada momento. Exercitar o discurso em todas as suas expressões. Escrever, escrever sempre, publicar, fazer com que a escrita prenhe de ideais ganhe novos adeptos. Transgredir para crescer. O século XIX foi farto em jornais anarquistas, que muitas vezes são publicados em números únicos; “sai quando pode”, diziam, o importante é escrever, manter o movimento anarquista vivo, pulsante. Quase todos têm uma seção de cartas, nos jornais italianos chamada de “piccola posta”, que mostra sua receptividade: mandam notícias, recados, mensagens codificadas sobre o andamento do movimento, novas ações, etc.

Discutem assuntos diversos relacionados à sociedade anarquista do futuro, como por exemplo, a situação da mulher. O jornal *La Favilla*, de Mantova, Itália, em um de seus números comenta que muitas coisas mudaram no mundo, mas a situação da mulher, assim como a do operário, permanece a mesma e por isso se diz enojado “...com o pouco respeito que os homens têm por ela [a mulher]”. Daí os autores estarem tentando, através do jornal, dar (sic) a elas a consciência “...para que busquem o posto que por direito lhe pertence”. Não um posto dentro da lógica burguesa, o direito ao voto, por exemplo, mas à emancipação humana através do direito ao trabalho<sup>10</sup>.

Outros jornais discutem relações amorosas e familiares. Defendem o divórcio pleiteando o prazer e a felicidade em uma relação amorosa. Pedem sua inclusão na legislação italiana para que casais possam re-assegurar sua dignidade ofendida por um vínculo tirano. Alguns jornais, mais radicais, defendem o amor livre, uma relação amorosa e sexual livre sem vínculos aprisionadores.

Assuntos diversos são discutidos através dos jornais anarquistas do século XIX, incluindo temas que adentram o saber culto, como as ideias de Rousseau, Darwin e Marx. Note-se que à época, século XIX, os dois últimos não haviam sido ainda alçados ao patamar do saber científico; suas

---

<sup>10</sup> MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos rebeldes que falharam. Giovanni Rossi e a utopia anarquista.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

propostas ainda revolviam as certezas inabaláveis do saber considerado científico e, como tal, absoluto.

O discurso dos jornais anarquistas expressava um imaginário coletivo e, mais que isso, um imaginário rebelde coletivo: pressupunha a existência de leitores, de muitos leitores dada sua multiplicidade. Era uma escrita que transcendia os limites daquilo que era recomendável para “os de baixo”, os pertencentes ao mundo do trabalho que, aliás, deveriam trabalhar e não gastar seu tempo com coisas inúteis como a leitura. Coisa que além de inútil é perigosa, faz pensar, faz questionar, faz agir! Inclusive pode levar ao perigo maior de querer alterar o ritmo “normal” das coisas e se pretender igual, com direitos iguais à repartição do todo social, inclusive do discurso.

Um paradoxo instala-se com a multiplicação dos jornais. De um lado a demanda daqueles pertencentes ao mundo do trabalho em participar do mundo culto científico, do mundo que, por definição, não pode - mas deveria - estar em seu horizonte e em seu imaginário desejante. Do outro, a luta para deixar de ser parte desse cotidiano miserável e massacrante que, afinal, é parte fundamental do todo social, da exclusão, da separação dos saberes.

A disciplina educação virá em socorro deste paradoxo, colocando limites e regras ao aprendizado; a escola, sua expressão pedagógica, será encarregada de distribuir os saberes, de olhar para que essa distribuição aconteça conforme as demandas das tensões sociais ou, melhor dizendo, das demandas da domesticação dessas tensões. A escola moderna, em especial a escola pública moderna - responsabilidade do Estado, em nome da Nação - surge para formar o cidadão nos moldes dos ideais da igualdade de direito, instituídos pela Revolução Francesa. A escola pública, laica, universal e obrigatória surge, assim, da necessidade de formar os indivíduos para a democracia, e estipula a derrota de uma concepção espontaneísta da educação, até então centralizada nas escolas privadas em especial as vinculadas à Igreja.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> VALLE, L **Os enigmas da educação**. A *paidéia* democrática entre Platão e Castoriadis. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. A autora discute essa questão, em especial no capítulo final.

Nesse sentido, a educação enquanto disciplina é pertinente ao simulacro da igualdade, limitada pelo seu aposto de direito, que define regras de ascensão aos patamares estipulados para chegar ao saber. Normas foram instituídas nesse processo, criando uma hierarquia de saberes através de exames e títulos para aqueles que conseguissem superar as dificuldades do percurso. O espontaneísmo educacional, como mencionado acima, foi desdenhado, desqualificado, jogado na vala do senso comum.

Autonomia é a palavra chave para se pensar caminhos alternativos possíveis. Por outro lado, exercer a autonomia em uma sociedade radicalmente heterônoma é outro paradoxo, mas um paradoxo vital para a existência humana. Romper com as limitações impostas ao discurso, se apropriar da escrita culta, do saber científico, exercer a fala interdita é o que se propuseram personagens de histórias como as que seguem.

Início a narrativa tendo como personagens os operários de *A Noite dos Proletários*, de Jacques Rancière, "...algumas dezenas, algumas centenas de proletários que tinham vinte anos por volta de 1830 e que nessa época decidiram, cada um a seu modo, não mais suportar o insuportável". Um insuportável que não se restringia à miséria, à fome e às condições de trabalho. Era, talvez mais que tudo, o insuportável de manter indefinidamente as forças da servidão e da dominação,

...o humilhante absurdo de ter de mendigar, dia após dia, esse trabalho em que se perde a vida; o peso dos outros também, os da oficina com sua gloriola de hércules de cabaré ou sua obsequiosidade de trabalhadores conscienciosos, os de fora, à espera de um lugar que de boa vontade lhes dariam, enfim, os que passam de carruagem e lançam um olhar de desprezo a essa humanidade estigmatizada.<sup>12</sup>

Romper com essa realidade, mudar a vida. Tornar isso possível é o sonho desses indivíduos que compõem o mundo

---

<sup>12</sup> RANCIÈRE, Jacques **A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 439 p.

do trabalho, e se inicia com o sequestro de horas de sono, de horas de descanso após um dia de um trabalho que não os estimula a pensar, em encontros com companheiros para ler, escrever, fundar jornais operários. Entre eles se encontram poetas irônicos, copiadores de cartas que são diários anônimos de uma vida igual a muitas outras, mas que, naquele momento, se torna única. Noites subtraídas do descanso, principalmente noites de estudo e de embriaguez pelo saber do qual se apropriam, prolongamentos de jornadas de trabalho para ouvir os instrutores do povo e que, antes de tudo, são noites em que se permitem aprender, sonhar, discutir, ler ou escrever. Pensar mais que tudo.

O que construíram essas pessoas? Qual o peso de seus poemas, de sua prosa e de seus jornais operários na história? Tiveram eles um peso maior que seus companheiros que se dedicam às barricadas e às manifestações contra seus opressores no computo geral da luta operária? Não importa.

A luta pela dignidade operária passa também por uma apropriação da fala do outro, daquele outro a quem tinham que recorrer porque falava melhor, ou seja, falava a linguagem culta e assim era ouvido/compreendido pelos burgueses. A luta pela dignidade de não ser mais necessário se fazerem representar por esse outro, para se tornarem eles mesmos o outro.

Para que o protesto das oficinas tenha voz, para que a emancipação operária tenha uma face a mostrar, para que os proletários existam como sujeitos de um discurso coletivo que dê sentido à multiplicidade de seus agrupamentos e de suas lutas, é preciso que essas pessoas já tenham se transformado em outras, na dupla e irremediável exclusão de viver como operários e falar como burgueses.<sup>13</sup>

Rancière levanta a pergunta: o que está em jogo na estranha tentativa de reconstruir o mundo em torno de um centro que seus ocupantes só pensam em abandonar?

---

<sup>13</sup> RANCIÈRE, Jacques **A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 439, p. 11.

De certa forma encontramos uma resposta possível nas palavras de Luce Fabri, a nós trazidas pela narrativa de Margareth Rago<sup>14</sup>. Anarquista, filha de importante militante italiano, companheiro de Malatesta entre outros e que imigra para o Uruguai em 1929, tem em sua memória o que ela chama de “desejo de cultura” do mundo do trabalho, tanto em sua vivência na Itália quanto no Uruguai. Proveniente de uma cidade de intelectuais, Bolonha, ela viveu o interesse operário pela cultura juntamente com seu pai que, como intelectual e professor primário que era, foi encarregado de organizar uma biblioteca municipal noturna, por volta de 1917.

Era um momento de grande fermento operário pela Revolução Russa; alugou-se uma sala, lembro-me de que havia uma escada externa de um edifício, na parte de cima havia essa salinha. O município comprou estantes e depois meu pai organizou a compra de livros. Ele comprou, agora não me lembro, era muito pequena, mas, em linhas gerais, posso dizer que havia o fundamental: uma enciclopédia, seguramente, e os principais autores de literatura italiana, de pensamento italiano, e depois os livros que interessavam aos leitores”.<sup>15</sup>

Luce Fabri não nos diz quais eram os livros que ela define como “de interesse dos leitores”, mas nos faz intuir aqueles que estão ligados ao saber culto e científico. Os clássicos italianos em seu relato tomam o lugar dos clássicos franceses dos operários parisienses; os tempos que Luce Fabri está descrevendo para Margareth são outros que aqueles vividos pelos operários cujo sonho noturno Rancière descreve. A Associação Internacional dos Trabalhadores havia sido fundada como desdobramento das lutas dos trabalhadores. Havia uma cisão importante no movimento operário entre autoritários – os seguidores de Marx – e os anti-autoritários – anarquistas seguidores de Bakunin, Kropotkin, Malatesta e outros. A tão desejada tomada do poder pelo proletariado estava acontecendo com a Revolução Russa, seguindo o projeto da construção da ditadura do proletariado de Marx. Se

---

<sup>14</sup> RAGO, Margareth **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. 368 p..

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 217.

os tempos eram outros e a realidade dos trabalhadores também outra, permanecia, no entanto, o “desejo de cultura” e o exercício da autonomia para concretizá-lo.

Mais adiante Luce Fabri também se pergunta o de onde vinha esse desejo de cultura. O que movia os operários a quererem se apropriar do saber culto? Como que pensando alto ela diz que, de certa forma, “um pouco buscavam igualar-se aos patrões” – não para serem como os patrões, mas para discutir com eles de igual para igual. Nesse sentido sua visão se assemelha à de Rancière, quando ele aponta para a necessidade de os proletários, em suas lutas, existirem como sujeitos de um discurso coletivo e para tal se transformarem em pessoas outras, semelhantes à elite culta.

Desdobrando suas memórias, Luce diz que quando se refere ao “desejo de cultura”, não está pensando nos operários que iam às bibliotecas procurar por livros de capacitação para seu ofício, mas naqueles que simplesmente queriam inteirar-se, saber, conhecer.

Esse é o impulso que me interessa, um desejo, digamos coletivo, de ascensão coletiva, como uma classe social que está em ascensão e quer capacitar-se não para deixar de ser, não para sair de sua condição, mas para valorizá-la. Uma coisa assim.<sup>16</sup>

Auto-valorização, autodidatismo autonomia. Não tenho claro se conceitualmente pode-se – ou deve-se - fazer essa aproximação, no entanto o farei mesmo correndo o risco de estar “falseando” essas noções. É necessária, no entanto, fazer uma diferenciação: o autodidatismo pressupõe a autonomia, mas esta é bem mais que aquele; significa auto-governo, governar-se a si mesmo, definir as leis que organizam a sociedade. Não há possibilidade de uma autonomia individual, ela é estruturalmente social, portanto coletiva, assim como a liberdade, a solidariedade, a igualdade. Faça essa aproximação para poder pensar sem as travas que, por vezes, a exatidão conceitual nos apresenta,

---

<sup>16</sup> RAGO op.cit, p. 219. As referências às falas de Luce Fabri foram extraídas desse livro.

divagar entre narrativas de pessoas que, como os operários, sonhavam – em vez de dormir – com a conquista da leitura e da escrita para poderem falar de igual para igual com os que se colocavam acima deles. Para poder escrever os diários de suas vidas não vividas. Para poder pertencer a um mundo que os segregava por “não saberem”, ao mesmo tempo em que interditava o acesso ao saber das mais diversas maneiras. Mais que autodidatas, essas pessoas estavam arduamente construindo possíveis caminhos para a autonomia.

Procurando aprofundar o conhecimento de Luigi Fabri, pai de Luce, me deparei na internet, com uma publicação anarquista<sup>17</sup> que aponta para que, concomitantemente ao “desejo de cultura” por parte do mundo do trabalho, “... houve um fenômeno paralelo a este e que acabaria por influenciar os acontecimentos: uma tentativa burguesa de se “reapropriar” do conceito de anarquismo, que tinha passado para as mãos das classes trabalhadoras e populares”. Segundo o texto, isso se deu no campo das artes e da literatura que fazia a apologia dos “atos violentos individuais” dos anarquistas.

Luigi Fabri, no seu livro “Influencias Burguesas sobre o Anarquismo”, fala de como escritores e artistas burgueses, que no plano político eram na maioria das vezes reacionários e nacionalistas, enalteciam nas suas novelas e romances o anarquismo, ou melhor, o conceito burguês de anarquismo, identificando este com o ato “heróico individual”. Um exemplo disso é a novela de Emile Zola, *Germinal*, depois transformada em filme, onde o personagem do “dinamiteiro” é descrito com sutil simpatia, sendo o estereótipo do “anarquista” na visão romântica da burguesia do século XIX. Enquanto isso Malatesta, e os remanescentes da Aliança (organização revolucionária anarquista) e da Internacional se espalhavam pelo mundo, ajudando na construção de diversas Centrais Sindicais no final do século XIX e início do século XX. No conceito burguês, a exaltação do indivíduo; no conceito popular e proletário, a ênfase é sobre o sujeito coletivo (o operário, o camponês, por exemplo).<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Mídia Libertária **Jornal Express Beta** [www.jornalexpress.com.br/noticias](http://www.jornalexpress.com.br/noticias) consultado em 02/01/2009.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

A visão que passavam do anarquismo e dos “heróis proletários” era romântica e apologética; longe de retratar a realidade proletária existente, tinha o intuito de atenuar as tensões sociais. Os jornais da época, no entanto, eram mais verdadeiros quanto à visão das elites em relação ao mundo do trabalho, em especial em relação ao movimento anarquista, identificado com a criminalidade. Assim, anarquistas eram os que roubavam, assassinavam, praticavam atos de delinquência social. Paradoxal esse mundo da escrita, no qual cada um se apropria da realidade da maneira que melhor lhe pareça, desde que essa apropriação se mostre verdadeira não só para sua época, mas principalmente para o mundo social no qual vivem os que escrevem, os que lêem e os que falam.

Essa é a fala que introduz o último personagem dessa narrativa: “Meu erro foi o de abrir livros. Às vezes eu desejaria nunca ter aberto livros”. Desabafo de um homem que foi leitor voraz, autodidata convicto, aventureiro contumaz que, ao se apresentar à sua interlocutora diz:

E no entanto – e não digo por me gabar – fui sempre diferente das outras pessoas de minha geração. Não que seja melhor do que os marinheiros e vaqueiros com quem viajei – durante um curto período de minha vida fui vaqueiro, sabe? – mas sempre gostei de livros. Lia tudo o que me vinha às mãos e... bem, creio que penso diferente da maior parte deles.<sup>19</sup>

O desabafo é de Jack London, escritor que talvez melhor tenha encarnado o mito do “herói americano”: nasceu pobre, foi criado como filho ilegítimo e desde cedo lutou pela sobrevivência ajudando sua mãe. Para isso abandonou a escola, trabalhando nos empregos os mais diversos – donde surge seu interesse pelo socialismo. A necessidade de trabalhar, aliada à paixão pela aventura, o levou a se empregar como marinheiro navegando pelos mares do Sul, e a enfrentar os rigores do inverno no Alasca em busca de ouro. Por diversas vezes se lançou “on the road” por que gostava e porque não tinha muita opção; em uma dessas aventuras

<sup>19</sup> LONDON, Jack **Martin Eden**. São Paulo: Nova Alexandria, 2003. 376 p.

juntou-se ao “Kelly’s army”, um exército de pessoas sem emprego, em marcha desde o sul dos Estados Unidos até Washington com o objetivo de chamar a atenção da nação para a situação em que se encontravam. London vai ao encontro dessas pessoas, ansioso para retomar o caminho da aventura e de se livrar do que ele chamava de escravidão branca - os trabalhadores brancos, principalmente os trabalhadores portuários. Escreveu sobre suas aventuras em relatos que enviou a jornais, tornando-se repórter e, finalmente, alcançando seu sonho de tornar-se escritor bem sucedido, aceito pela sociedade americana, mesmo que em constante conflito com ela<sup>20</sup>.

Durante a marcha dos trabalhadores sem emprego, começou a se interessar por política. À noite, quando acampavam, as conversas à beira das fogueiras giravam invariavelmente sobre o tema e Jack ficava impressionado com a inteligência de seus companheiros, alguns deles andarilhos como ele, outros, porém, já tinham sido quebrados pelo capitalismo enquanto trabalhadores desempregados. Alguns tinham formação básica, eram auto-educados e bem articulados a respeito dos problemas da sociedade. Eugene Debs<sup>21</sup> era o herói dessa gente que sempre fazia referência a ele, instigando Jack a perceber o quanto as discussões e debates que ouvia reavivavam sua amarga experiência enquanto “besta humana”.

Ainda enquanto andarilho consegue chegar a Nova York onde entra em contato com a realidade dos recém-chegados imigrantes europeus, pessoas que haviam escapado da pobreza europeia e agora formavam um imenso exército de reserva - o que irritava os sindicatos, provocando conflitos entre eles. A realidade americana em 1893 era cruel, amarga e explosiva.

Vagando sem destino, Jack London acaba preso, em 1894, perto de Niagara Falls, por não poder comprovar sua

---

<sup>20</sup> KERSHAW, Alex **Jack London: a life**. New York: St. Martin’s Griffin, 1998.

<sup>21</sup> Eugene Debs. 1855-1926. Ativista político americano, operário que estudou até os 14 anos. Deixou a escola para trabalhar e continuou seus estudos em escolas noturnas. Foi seis vezes candidato socialista à presidência dos EUA.

residência; na prisão, como outros presos, sofre todos os horrores possíveis. Quando é solto, retorna a Oakland, Califórnia de onde havia partido, cruzando novamente os Estados Unidos, onde permanece.

Durante esse percurso de tempo e de espaço, Jack London vivencia as diversas interdições de discurso que o mundo do trabalho sofre. A marcha à qual se juntara era uma das expressões da recusa da escuta da fala dos trabalhadores por parte dos burgueses. Por outro lado percebe que, assim como ele, muitos de seus companheiros são leitores assíduos, autodidatas na construção de seus saberes, confluindo sua experiência de vida com leituras as mais diversas, desde *Looking Backwards*, de Edward Bellamy às contribuições de Marx para o *New York Tribune*, jornal de maior circulação no país<sup>22</sup>.

Em Oakland procura orientação para sistematizar seus conhecimentos. Pensa em ingressar em Berkeley, mas sente que está despreparado. A Biblioteca de Oakland é sua sala de aula preferida; lá ele encontra o apoio da bibliotecária que faz dele seu protegido, apresentando-o a pessoas com quem poderia conversar. Assim, Jack ingressa em um círculo de debates formado por professores e alunos de universidades. No convívio com essas pessoas conhece Mabel Applegarth, uma frágil garota de 21 anos de idade, estudante de Inglês na Universidade de Berkeley, filha da aristocracia californiana, por quem se apaixona perdidamente. A distância social entre os dois provoca em London uma sede voraz por leituras, por música, por artes e por tudo que o aproximasse do fascinante mundo de sua amada.

Jack London conta essa sua paixão em um livro autobiográfico intitulado *Martin Eden*<sup>23</sup>, publicado em 1909, no qual expressa uma forma diferente do “desejo de cultura” como Luce Fabri nomeia a vontade de saber do mundo do trabalho do começo do século XX, e do sonho operário narrado por Rancière. Como eles, Jack ingressa no mundo do trabalho cedo em sua vida; como eles é forçado a abandonar

---

<sup>22</sup> KERSHAW, op.cit, p. 43.

<sup>23</sup> LONDON, op.cit, p. 57.

a escola para ganhar seu sustento através do trabalho; como eles, deixar a escola não significou abandonar os estudos, que perseguem de maneira autônoma, lendo o que lhes cai às mãos. Diferentemente daqueles, no entanto, Jack London/Martin Eden tem um objetivo definido: além de conquistar sua amada quer ser escritor e, para conseguir-lo, torna-se um leitor voraz. No entanto, Martin ao fim de um tempo sente necessidade de uma direção para suas leituras.

Depois de uma semana de árduo trabalho, Martin escreve que desde o momento em que conhecera Ruth/Mabel parecia-lhe ter vivido séculos, tantas eram as informações que absorvera. Sentia-se desorientado por sua diversidade, porém queria aprender.

Mas ressentia-se da falta de preparo. Tentava ler livros que exigiam anos de especialização preliminar. Um dia lia um livro de filosofia antiga e no dia seguinte outro ultramoderno, de forma que ficava com a cabeça tonta com o conflito e a contradição de idéias. O mesmo se dava com os economistas. Numa das estantes da biblioteca encontrou obras de Karl Marx, Ricardo, Adam Smith e Mill e as fórmulas abstrusas de um não o avisavam de que as idéias do outro eram obsoletas.<sup>24</sup>

Com o crescimento de seus conhecimentos, fica mais seguro em relação à sua amada Ruth. Ela o estimula a continuar seu aprendizado, o que para ela significava também deixar de ser/pertencer ao seu mundo para se integrar em um mundo no qual ele não se sente à vontade e que, no entanto o fascina. De todas as mudanças, aquela que causou maior prazer a Ruth foi a que observou em sua maneira de falar, pois Martin passara a falar corretamente, com maior facilidade e seu vocabulário contava com mais palavras<sup>25</sup>.

Como dedicava todo seu tempo a ler, a estudar, ir a teatros e concertos, parou de trabalhar e ficou sem dinheiro. Procura usar em seu trabalho tudo aquilo que estava aprendendo, e assim começa a se delinear em sua cabeça a ideia de ser escritor. Conversando sobre isso com Ruth, esta colo-

---

<sup>24</sup> LODON, op. cit., p. 57.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 81.

ca obstáculos ao sonho que começava a serconstruído:

Escrever deve ser um modo de vida como outro qualquer. Não que eu saiba muito a esse respeito. Falo apenas por senso comum. Ninguém pode esperar ser um bom ferreiro sem se dedicar três anos ... ou serão cinco? ... a estudar a arte. Ora, os escritores são muito mais bem pagos do que os ferreiros, e por isso mesmo há muito mais homens que gostariam de escrever e que... tentam fazê-lo.<sup>26</sup>

Martin, no entanto, segue em seu sonho: queria ser escritor o que era vital para ele. Com esse objetivo, apesar de não se sentir à vontade, passa a frequentar a escola noturna. Sente dentro dele a capacidade para escrever, a vocação de escritor. No entanto precisa continuar a ler, a aprender, a aprender a escrever. Escrever passa a ser uma das formas que encontra para ganhar sua sobrevivência, pagar a escola, comprar livros e...continuar suas aventuras..

Martin, assim, começa a redigir artigos para jornais – em sua maioria referentes à vida no mar - e em seguida tenta escrever contos. Sua trajetória até chegar a ser um escritor será longa e lhe custará muita dedicação e obstinação. Acreditava profundamente em sua capacidade para atingir o sonho de ser um dos grandes escritores americanos.

No livro e na vida real o desejo de ser escritor se torna realidade. Na ficção, Martin enfrenta a contradição em que vivia ao querer pertencer a uma classe que não era a sua. Ao se deparar com a realidade que emergiu após a névoa da atração pelo outro, por um mundo que parecia maravilhoso, Martin entra em conflito com sua amada e com o que a cercava. Na vida real London entra no mundo das elites sem deixar, no entanto, seu vínculo com o mundo do trabalho e da aventura: eles serão a matéria prima na composição de seus livros.

A relação entre as três narrativas acima é o movimento na direção da autonomia no ato de aprender para além do desejo de cultura que todos carregam em si,. Este movimento na direção do aprendizado é uma sabedoria que todos nós trazemos desde o nascimento. Aprendemos cotidianamente

---

<sup>26</sup> LODON, op. cit., p. 83.

uma quantidade inominável de coisas por meio de nossa inteligência, com a orientação de outras pessoas, mas sem a necessidade de explicações diretivas. Quando começamos nossa instrução formal, no entanto, é introduzida uma radical mudança nesse processo, como se não pudéssemos mais aprender somente com a inteligência que nos serviu até aquele momento, em uma relação autônoma com a aprendizagem: introduz-se a necessidade de um explicador intermediando as inteligências.

Entre uma e outra, uma opacidade, agora, se estabeleceu. Trata-se de compreender – e essa simples palavra recobre tudo com um véu: compreender é o que a criança não pode fazer sem as explicações fornecidas, em certa ordem progressiva, por um mestre. Mais tarde por quantos mestres quantas forem as matérias a compreender.<sup>27</sup>

Rancière, novamente, é quem dará voz a Jacotot, que chama atenção para o cerceamento da autonomia no processo de aprendizagem, desestimulador que é da curiosidade e disciplinador da inteligência. Ele foi mestre, revolucionário que ao ver que os princípios de liberdade e igualdade não chegavam a termo, se exila na Bélgica, onde, através de uma experiência vivida descobre uma maneira de ensinar sem a intermediação de um explicador, apenas através do estímulo da inteligência daqueles que querem aprender. Parte do princípio da igualdade das inteligências dizendo que

A explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender. É, ao contrário, essa incapacidade, a ficção estruturante da concepção explicadora de mundo. É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não ao contrário, é ele que constitui o incapaz como tal. Explicar alguma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar que não pode compreendê-la por si só. Antes de ser o ato do pedagogo, a explicação é o mito da pedagogia, a parábola de um mundo dividido em espíritos sábios e espíritos ignorantes, espíritos maduros e imaturos, capazes e incapazes, inteligentes e bobos.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> RANCIÈRE, Jacques **O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 192 p. ISBN p. 23.

<sup>28</sup> Idem, p. 23-24.

Tanto os operários que dedicavam suas noites à leitura, descritos por Rancière, quanto os desejan-tes de cultura de Luce Fabri, bem como Jack London em sua fome de leitura e conhecimento, são pessoas que romperam com o mito da Pedagogia. Pelas mais diversas razões, não importa, se rebelaram contra a divisão entre os que podem e os que não podem, os que sabem e os que não sabem, e mostraram que emancipação e autonomia são faces da liberdade. Esta, sem dúvidas, objeto maior de seus desejos.

**Resumo:** Ser capaz de escrever, narrar um fato acontecido ou pertencente ao imaginário e, mais que isso, ser capaz de ler o que foi escrito desde tempos imemoriais é uma das atividades mais desejadas socialmente. A instituição escolar está encarregada de ensinar a escrever e a ler, função assumida pelo estado desde a Revolução Francesa. Há, no entanto, uma distância entre o desejo e sua realização que se deve a inúmeros motivos, o que não cabe aqui analisar. O presente trabalho discute a apropriação da autonomia no ato de aprender, fruto do desejo de cultura, da vontade de saber que moveu indivíduos, e/ou grupos de indivíduos, a procurar o aprendizado da leitura e da escrita por si sós. A distância entre a fala do outro, daquele que sabia como falar e o que dizer, e a fala dos operários – que por definição não sabiam como falar - levou trabalhadores a dedicarem seu descanso a aprenderem a ler/escrever e assim poderem expressar suas reivindicações sem intermediários. Da mesma forma, Luce Fabri narra o desejo de saber de operários anarquistas italianos do final do século XIX. Jack London, escritor americano, aprimora o saber, burila a escrita dedicando-se a aprender por si só. O desejo de aprender, nos casos narrados acima, mostra que emancipação e autonomia são faces da construção da autonomia e da liberdade.

**Palavras chave:** história da cultura escrita; história da leitura; autonomia

**Abstract:** Writing and reading are activities socially reinforced and being capable of doing it separates men in social hierarchy. Not only just knowing how to read and write but

mainly read and write in a proper manner that leads also to a proper way of speaking. This article discusses how, in different circumstances, the desire for culture and knowledge moved individuals and/or groups of individuals to search the apprenticeship of reading and writing on their own, appropriating themselves of their autonomy by doing so. Three moments will lead the discussion: the laborers that dedicated their sleeping hours to read so they could acquire the knowledge to become equal to their employers when demanding for their rights, on the eve of the French Revolution; the desire for culture of the anarchist workers in Italy in late XIX century as described by Luce Fabri; and the desire for knowledge and culture of Jack London who dedicated himself to learn by his own. Those three moments can be seen as faces of the construction of autonomy and freedom.

**Key words:** history of written culture; history of reading; autonomy;

Artigo recebido para publicação em 04/08/2010

Artigo aprovado para publicação em 03/02/2011